

## BOLETIM INFORMATIVO – JUNHO 2013

**Edição nº. 08 - Ano 19 - CRC/RS 3.112**

### SOBE TETO PARA O LUCRO PRESUMIDO

Agora, a Lei 12.814/2013, publicada na edição da última sexta-feira do Diário Oficial da União, voltou a elevar o limite, que a partir de 1 de janeiro de 2014 passa para R\$ 78 milhões.

É mais um estímulo para o desenvolvimento dos pequenos negócios no País, porém o valor ainda está abaixo da perda inflacionária do período de congelamento.

Congelado por mais de uma década, em abril último, o limite para opção ao regime de tributação do Lucro Presumido, após reiteradas reivindicações de todo o segmento produtivo, subiu de R\$ 48 milhões para R\$72 milhões de faturamento ao ano.

### EMPRESAS TÊM ATÉ 28 DE JUNHO PARA ENTREGAR DECLARAÇÃO

Depois das Pessoas Físicas prestarem contas à Receita Federal, chegou a vez das Empresas. Esse grupo tem até o dia 28 de junho para entregar a Declaração de Informações Econômico Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ) de 2013, relativa ao ano calendário de 2012.

Em âmbito nacional a Receita ainda não divulgou a quantidade de declarações entregues em 2012 e a expectativa para 2013.

Estão obrigadas a declarar todas as Pessoas Jurídicas, inclusive aquelas que foram extintas, incorporadas, cindidas, fusionadas ou incorporadas. Já as micros e pequenas empresas, que optaram pelo Simples Nacional estão isentas da obrigatoriedade, assim como órgãos e fundações públicas e Pessoas Jurídicas inativas.

O atraso na apresentação da DIPJ 2013 ou a presença de dados incorretos na mesma acarretam à empresa multa de 2% ao mês-calendário ou uma fração incidente sobre o imposto informado, ainda que este tenha sido pago integralmente. O valor mínimo é de R\$ 500.

A declaração não "tem muito segredo" e, basicamente, se resume à cópia das informações do Balanço financeiro da Empresa. Os sistemas utilizados nos escritórios, hoje em dia, já importam tudo. As informações somente devem estar no balanço.

Mas é claro que alguns cuidados são importantes para evitar problemas com a Receita. Se foi lançada, por exemplo, uma despesa que não existe a Receita pode glosar (recusar) essa informação e fazer os cálculos pelo lucro da empresa. Aí vem multa e juros.

O alerta para as finanças pessoais que não podem se misturar com as empresariais. O problema é colocar o dinheiro da Pessoa Física na Empresa, porque daí não tem como comprovar a origem.

De um jeito ou de outro, tentar despistar os mecanismos da Receita está cada vez mais difícil, por isso o melhor para as Empresas é deixar tudo bem claro na Declaração de Pessoa Jurídica. Hoje em dia a Receita tem vários mecanismos para cruzamentos de dados e não adianta o Empresário achar que vai driblar isso.

## DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO

### **NOVAS ATIVIDADES ABRANGIDAS:**

Art. 8º - Até 31 de dezembro de 2014, contribuirão sobre o valor da receita bruta, excluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos, à alíquota de um por cento, em substituição às contribuições previstas nos incisos I e III do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, as empresas que fabricam os produtos classificados na Tipi, aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011, nos códigos referidos no Anexo I. (Redação dada pela Medida Provisória nº 601, de 2012) [...]

§ 3º - O disposto no caput também se aplica às empresas: [...]

XII - de varejo que exercem as atividades listadas no Anexo II. (Incluído pela Medida Provisória nº 601, de 2012)

### **ANEXO II (INCLUÍDO PELA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 601, DE 2012)**

Lojas de departamentos ou magazines, enquadradas na Subclasse CNAE 4713-0/01

Comércio varejista de materiais de construção, enquadrado na Subclasse CNAE 4744-0/05

Comércio varejista de materiais de construção em geral, enquadrado na Subclasse CNAE 4744-0/99

Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática, Classe CNAE 4751-2

Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação, Classe CNAE 4752-1

Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo, Classe CNAE 4753-9

Comércio varejista de móveis, enquadrado na Subclasse CNAE 4754-7/01

Comércio varejista especializado de tecidos e artigos de cama, mesa e banho, enquadrado na Classe CNAE 4755-5

Comércio varejista de outros artigos de uso doméstico, enquadrado na Classe CNAE 4759-8

Comércio varejista de livros, jornais, revistas e papelaria, enquadrado na Classe CNAE 4761-0

Comércio varejista de discos, CDs, DVDs e fitas, enquadrado na Classe CNAE 4762-8

Comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos, enquadrado na Subclasse CNAE 4763-6/01

Comércio varejista de artigos esportivos, enquadrado na Subclasse CNAE 4763-6/02

Comércio varejista de produtos farmacêuticos, sem manipulação de fórmulas, Subclasse CNAE 4771-7/01

Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal, Classe CNAE 4772-5

Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios, enquadrado na Classe CNAE 4781-4

Comércio varejista de calçados e artigos de viagem, enquadrado na Classe CNAE 4782-2

Comércio varejista de produtos saneantes domissanitários, enquadrado na Subclasse CNAE 4789-0/05

Comércio varejista de artigos fotográficos e para filmagem, enquadrado na Subclasse CNAE 4789-0/08

Observação: As Classes e Subclasses CNAE referidas nestes Anexos correspondem àquelas relacionadas na Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE 2.0.

Vigência: a partir do primeiro dia do quarto mês subsequente ao de sua publicação, em relação aos demais dispositivos.

**MP 612/2013**

Art. 25. A Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 7º Até 31 de dezembro de 2014, contribuirão sobre o valor da receita bruta, excluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos, em substituição às contribuições previstas nos incisos I e III do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, à alíquota de 2% (dois por cento): (Redação dada pela Lei nº 12.715) [...]

§ 7º Serão aplicadas às empresas referidas no inciso IV do caput as seguintes regras:

I - para as obras matriculadas no Cadastro Específico do INSS - CEI a partir do dia 1º de abril de 2013, o recolhimento da contribuição previdenciária ocorrerá na forma do caput, até o seu término;

II - para as obras matriculadas no Cadastro Específico do INSS - CEI até o dia 31 de março de 2013, o recolhimento da contribuição previdenciária ocorrerá na forma dos incisos I e III do caput do art. 22 da Lei nº 8.212, de 1991, até o seu término; e

III - no cálculo da contribuição incidente sobre a receita bruta, serão excluídas da base de cálculo, observado o disposto no art. 9º, as receitas provenientes das obras a que se refere o inciso II.

Cabe ressaltar que outra alteração trazida pela MP 612/2013 refere-se a retenção da contribuição previdenciária as empresas prestadoras de serviços. Assim, vejamos:

Art. 8º [...]

§ 5º No caso de contratação de empresas para a execução dos serviços referidos no § 3º, mediante cessão de mão de obra, na forma definida pelo art. 31 da Lei nº 8.212, de 1991, a empresa contratante deverá reter 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento) do valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços. (Incluído pela Medida Provisória nº 601, de 2012)

**SIMPLES NACIONAL - INSTALAÇÕES - EMPREITADA**

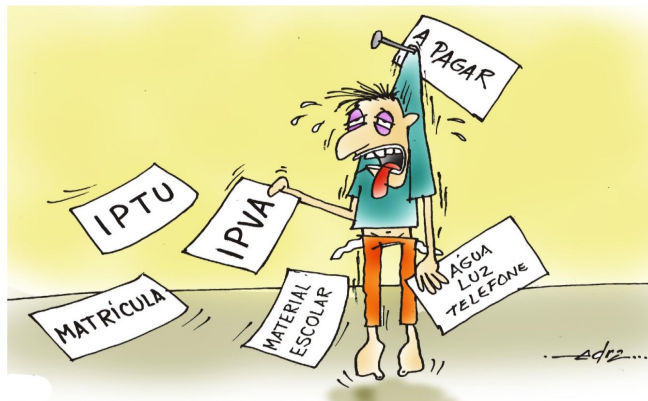
A microempresa ou a empresa de pequeno porte prestadora de serviços de pintura predial e outros de natureza e modo de execução análogos, que têm por finalidade manter, conservar ou embelezar obra existente, ou aumentar-lhe a utilidade, é tributada na forma do Anexo III da Lei Complementar nº 123, de 2006.

Os serviços de acabamento de obra nova, tais como revestimentos, pintura e instalações em geral, se executados pela empresa contratada para a execução da obra ou por terceiro cuja atividade principal seja de construção civil, são tributados na forma do Anexo IV. Se executados por terceiro cuja atividade principal seja de manutenção, instalação ou conservação em geral, são tributados na forma do Anexo III.

Dispositivos Legais: Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18, § 5º-C.

**BRASILEIRO TRABALHA 150 DIAS SÓ PARA PAGAR OS IMPOSTOS**

Se tivesse que pagar todos os impostos do ano antes de fazer qualquer outro gasto, o brasileiro trabalharia até o dia 30 de maio somente para ficar em dia com o Fisco. O levantamento é do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT) e mostra que em 2012 também foram necessários 150 dias para honrar os compromissos fiscais. O presidente do IBPT, João Eloi Olenike, diz que, em 2013, o contribuinte brasileiro destinará cerca de 41,08% do seu rendimento bruto para pagar tributos sobre os rendimentos, consumo, patrimônio e outros.





## Agenda das Principais Obrigações JUNHO/2013



DIAS	COMPROMISSOS
03/06	Envio das notas fiscais, documentos de caixa e recibos de autônomos , impostos e contribuições pagos pela sua empresa para encerramento do mês de maio 2013
06/06	SALÁRIOS - MAIO
07/06	GFIP - MAIO
10/06	ICMS - SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA (Demais produtos) - MAIO
11/06	Envio das notas fiscais, dos documentos de caixa , de bancos, impostos e contribuições pagos pela sua empresa referente o período de 01 a 10/06/2013
12/06	ICMS - COMÉRCIO - MAIO
17/06	GPS - CONTRIBUINTE INDIVIDUAL ISSQN - ICMS - COMÉRCIO - MAIO
20/06	GPS - MAIO IMPOSTO SIMPLES NACIONAL - MAIO ICMS - DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA - SIMPLES NACIONAL - ABRIL Envio dos dados para encerramento da folha de pagamento: registro de empregados, alterações de salário, faltas e demais descontos, recibos de autônomos e notas fiscais cooperativas, referente junho/2013
21/06	Envio das notas fiscais, dos documentos de caixa , de bancos, impostos e contribuições pagos pela sua empresa referente o período de 11 a 20/06/2013 ICMS - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES - MAIO ICMS - INDÚSTRIA - MAIO
24/06	ICMS - ÚLTIMOS SETORES INCLUÍDOS NA SUBST. TRIBUTÁRIA - ABRIL
25/06	IPI - INDÚSTRIA - MODALIDADE GERAL - MAIO COFINS - MAIO PIS - MAIO
28/06	CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - MAIO - ESTIMATIVA IRPJ - MAIO - ESTIMATIVA IRPF - 2013 – 3ª QUOTA
01/07	Envio das notas fiscais, dos documentos de caixa , de bancos, impostos e contribuições pagos pela sua empresa referente o período de 21 a 30/06/2013



**Mantenha-se conectado com a Visão:**

[www.visaocont.com.br](http://www.visaocont.com.br)

**Visão Contabilidade - Competência e Credibilidade**